

## **CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS ACERCA DO PODER FEMININO NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: UM OLHAR SOBRE A LIDERANÇA FEMININA DA COMUNIDADE DO GRILLO-PB**

**Alcione Ferreira da Silva**

Graduada em História e estudante do Curso de Serviço Social da UEPB

**Magno da Nóbrega Lisboa**

Graduado em Letras e Pedagogia e estudante do Curso de Serviço Social da UEPB

Todos os grupos humanos tem voz e de um modo que lhe é peculiar, cada grupo faz com que sua voz ecoe e construa sua historicidade, entretanto, lugares de saber instituídos, a exemplo da academia, nem sempre se voltaram para legitimação das histórias e lutas de determinados grupos sociais, colocando frente a muitos uma barreira feita pelo silenciamento. Mulher, negritude, ruralidade e direitos sociais compõem uma gama de temas que atravessaram séculos sendo observadas e/ou estudadas sob a perspectiva do silenciamento ou do estereótipo.

Nesse contexto, para estudar um tema que objetive fazer referência à luta da mulher negra quilombola no interior de sua comunidade, deve-se passear por diferentes discussões, que não sendo contraditórias, mas estabelecendo diálogo entre si, possam auxiliar na costura da análise das tramas sociais da experiência da mulher quilombola, na comunidade do Grilo-PB.

Acerca do nosso tema, objetivamos problematizar as comunidades quilombolas, no contexto da história social, a partir da comunidade do Grilo-PB, evidenciando o modo como a mulher negra constrói experiências e agenciamentos em defesa do fortalecimento das políticas públicas para as comunidades rurais negras.

A comunidade remanescente de quilombolas do Grilo, pertencente à zona rural do município de Riachão do Bacamarte, localizado no Agreste do Estado da Paraíba, está situada no alto de um lajedo que impõe algumas dificuldades, relativas à acessibilidade, aos que lá pretendem chegar. Na atualidade o relativo isolamento da comunidade de centros urbanos pode ser pensado também como uma barreira (não um impedimento) ao acesso de serviços públicos e a alguns processos de sociabilidade.

A hipótese de que a liderança feminina seja um traço constitutivo da Comunidade do Grilo, fez-se em função da nossa participação na pesquisa do PROPESQ “Práticas culturais, memória e a arte de inventar o cotidiano: (re)escrevendo as brincadeiras infantis, cantigas, festas e práticas de cura em três comunidades afro-descendentes paraibanas”(2008 - 2010).

No referida pesquisa observamos que os depoimentos obtidos tiveram como marca o protagonismo feminino, nas falas nos chamou atenção o fato de a história da comunidade ser contada, majoritariamente por mulheres, e de modo à sempre haver destaque para outras mulheres, mãe, irmã, vizinha, sogras entre outras. Logo, percebemos que as conquistas sociais da comunidade foram narradas por mulheres que rememoravam outras mulheres.

Assim, buscaremos suporte na memória da comunidade, memória que a partir de Maurice Halbwachs passou a ser compreendida também como um fenômeno social e coletivo como afirma Pollak (1992). Por meio da oralidade, que nos coloque em contato com os “acontecimentos vividos pessoalmente” ou vividos pelo grupo ao qual o depoente se sente pertencente, com pessoas e personagens, tencionamos acessar os marcos ou pontos relativamente invariantes, dos quais fala o autor supracitado.

### **CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS:**

Para operacionalização de nosso estudo de caso na comunidade quilombola do Grilo, no tocante aos nossos objetivos, recorreremos à pesquisa analítica visto que objetivamos um estudo e avaliação das informações coletadas no intuito de analisar e explicar o contexto de um acontecimento social.

Para tal, utilizaremos uma abordagem qualitativa, com intuito de dar enfoque a percepção do universo sócio-cultural da comunidade, analisando o modo como o poder feminino se constrói, com base nas experiências comunitárias, possibilitando o empoderamento das mulheres negras no Grilo, sua função da busca pela promoção do desenvolvimento da comunidade rural negra frente às políticas sociais, pós Constituição Federal de 1988, voltadas às comunidades quilombolas. Tal operação se torna possível uma vez que a pesquisa qualitativa:

Se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1996, p.21-22).

Cabe destacar que em respeito à Resolução 196/96, que se fundamenta nos principais documentos internacionais regulamentadores de pesquisas que envolvem seres humanos, a realização da nossa pesquisa compromete-se com a integridade e bem-estar dos sujeitos nela envolvidos, garantindo-lhes todas as medidas de proteção, sigilo e anonimato a eles

assegurados, assim como, esclarecendo-lhes os objetivos, passos e posteriormente, os resultados do estudo, em consonância com os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Dialogaremos também com o método da História Oral, por meio do qual tencionamos perceber nas vozes das mulheres do Grilo, traços da história da comunidade que nos permita pensar sobre as relações de gênero e as lutas pelo direito a acessos as políticas públicas, visto que a história oral

Ativa uma memória coletiva, pois, à medida que cada indivíduo conta a sua história, esta se mostra envolta em um contexto sócio-histórico que deve ser considerado. Portanto, apesar de a escolha do método se justificar pelo enfoque no sujeito, a análise dos relatos leva em consideração, como já foi abordado anteriormente, as questões sociais neles presentes (OLIVEIRA, 2005, p. 94 *apud* ARAÚJO & SANTOS 2007, p. 192).

Dessa forma, a singularidade das entrevistas pode nos revelar as tramas envoltas nas relações sociais dos sujeitos da comunidade que nos fala. Nesse contexto, optaremos pelo gênero da história oral de vida, pois esta se volta para um conjunto amplo das experiências vividas pelo depoente, fazendo uso de perguntas amplas que atentam para o valor da vivência pessoal sem desvinculá-la do meio pelo qual ela se forma, pois “uma história de vida deve contemplar alguns aspectos gerais do comportamento social dos colaboradores (...). De igual relevância é o alcance possível de ser feito em termo de vida privada e vida pública” (MEIHY, p. 151, 2005).

Sobre as variações da história oral de vida Meihy (2005) afirma que além das narrativas biográficas, mais conhecidas, esta pode ainda se dividir em fragmentos narrativos da história de vida de outrem, de família e de tipos sociais (profissão, gênero, classe e etnia). Nossa pesquisa, inicialmente se aproximará mais da última subdivisão, a dos tipos sociais, uma já que nos voltaremos para os recortes de etnia e gênero.

A família africana é uma categoria muito ampla, incluindo, além dos membros que no mundo ocidental são considerados “parentes diretos”, toda uma gama de “parentes distantes”, daí ser denominada *família extensa*. (...) sempre há um parente a quem se possa recorrer (...) família extensa compreende muitas gerações de pessoas de dentro e de fora do grupo doméstico (...) materializa-se como um autêntico e eficaz mecanismo de seguridade social (...) (SERRANO e WALDMAN, p. 128-130, 2007).

O pensamento tradicional africano, obviamente, não sobreviveu de modo estático nas comunidades afro-descendentes, mas comumente podem-se perceber alguns traços dele, o

parentesco da família alargada, é uma das características que embora resignificada marca o modelo de organização de comunidades tradicionais negras, pelo menos no que tange a sua formação. Dessa forma, a história de vida de família, marcada pelo olhar da afrocentricidade, que “é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos” (ASANTE p.93, 2009, *apud* MELO, p. 8, 2010), não deve ser pensada apenas para estudos que se voltem para africanos, mas também para comunidades afro-descendentes em função da proposta de valorização das marcas culturais que elas carregam em detrimento de um longo período de construção de estereótipos negativos a elas atribuídos.

A não hierarquização entre a palavra escrita e a falada, respeitando-se a força desta última especialmente em comunidades tradicionais, concebendo a percepção da importância dos documentos orais, por parte do historiador, não pode ceder ao perigo de cristalizá-lo a-problematicamente. O documento oral deve, respeitando-se as suas peculiaridades, sofrer crítica tanto quanto o escrito, no dizer de Pollak “não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Os historiadores devem atentar para isto tendo grande cuidado com as fontes” (p.205, 1992), haja vista que:

A oralidade é uma atitude diante da realidade e não uma ausência de habilidade. As tradições desconcertam o historiador contemporâneo (...) pelo simples fato de bastar à compreensão a repetição dos mesmos dados em diversas mensagens. As tradições requerem um retorno direto à fonte. (...) Ele [o texto oral] deve ser escutado, decorado, digerido internamente, como um poema, e cuidadosamente examinado para que se possa aprender seus diversos significados. (VANSINA, 1982, p. 157-158).

Quanto à população, nossas entrevistas serão direcionadas a priori para a líder comunitária do Grilo, sua irmã, a parteira da comunidade, uma agricultora-artesã e uma mulher jovem a ser escolhida, para que tenhamos um panorama inicial sobre nossa temática a partir do olhar de diferentes gerações e partindo da escuta e análise das falas coletadas possamos direcionar as próximas entrevistas.

Nesse contexto, considerando-se os cuidados com a importância da oralidade em comunidades afro-descendentes é mister que se possa ir além da historiografia positivista fixada sobre a ideia da supremacia do documento escrito, que produziu e/ou auxiliou na

fixação de estereótipos negativos sobre os povos afro-descendentes, isto se deve, entre outros fatores a negligência sobre o que os referidos povos tinham e têm a dizer sobre si mesmos.

Pela palavra falada podemos contatar a memória coletiva de um grupo, pois “locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo e, por conseguinte, da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo.” (POLLAK, p. 202, 1992). Dessa forma, podemos perceber a tradição de um grupo, visto que ainda de acordo com Pollak (1992) podemos considerar que a memória faz parte de processo social, não se constituindo apenas como um dado físico, mas também como resultante de um complexo de relações sociais, que embora conflituosas, dizem respeito a comunidade e não apenas ao indivíduo. Desse modo, memória e identidade se entrelaçam, já que se pode

(...) dizer que *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, p. 203, 1992).

Nesse sentido que por meio da história oral, a memória e a tradição de um grupo emerge nas palavras daqueles que falam, é frente a este entrelaçamento que se dá nossa busca por perceber a comunidade do Grilo, através do recorte de nossa temática.

## **CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS:**

O objetivo de nosso trabalho nos coloca teoricamente a necessidade de dialogar com a história social com destaque para os conceitos de Experiência e Agenciamento de Thompson, com teorias de gênero por meio da discussão apresentada especialmente pelas autoras Rachel Soihet, Adriana Piscitelli e Maria Matos, com a discussão teórica sobre quilombo da qual destacamos Arruti, sobre negritude com as problematizações postas por Munanga e José de Assunção bem como com as teorias acerca das políticas públicas, das quais nos valeremos da autora Potyara, entre outros autores, alguns dos quais discutiremos a seguir.

É através do entrecruzamento desses debates que analisaremos nosso objeto-sujeito. O chão sob o qual se firmará nossa caminhada está na história social. Tal campo nos prestará importantes contribuições para a apreensão das formas por meio das quais as mulheres do Grilo se fizeram protagonistas e porta-vozes das lutas da comunidade.

De acordo com Castro (1997) o surgimento da história social está estritamente ligado ao movimento historiográfico proporcionado pela Escola dos Annales, numa postura que se contrapunha a história factualista, de modo que ainda na atualidade, é comum que a expressão “história social” demarque seu espaço estabelecendo contraposição em relação a postura positivista da historiografia tradicional.

Pesavento (2003) apresenta história social como fruto de debates desenvolvidos a partir da Escola dos Annales que rebateu no meio intelectual marxista, mais notadamente em um grupo intelectual inglês, que passou a combater a ortodoxia da citada corrente de interpretação da história.

O grupo de intelectuais, chamado de neomarxistas, teve como figura de mais destaque E. P. Tompson, leitor de Gramsci e Luckács, que centrou sua crítica na postura positivista do marxismo presente no viés economicista de análise, uma vez que esse método desconsiderava a necessidade de estudo da realidade empírica e particular de cada grupo. Essa percepção tompsoniana nos auxilia, porque nos baseados nela poderemos olhar para a comunidade quilombola, através da luta de suas mulheres, observando as peculiaridades do grupo no qual elas estão inseridas e como estas peculiaridades dialogam com suas ações.

Castro (1997), ao discutir sobre a reivindicação dos historiadores a partir da década de 1950, por delimitações mais precisas para a história social, retoma Eric Hobsbawm, que afirma que antes de tais reivindicações, o referido ramo da história já era utilizado com três acepções delimitadas, a abordagem culturalista, a história social do trabalho e a história econômica e social.

A abordagem culturalista possui características que melhor responde aos nossos objetivos e problemáticas, visto que a mesma está voltada para “os costumes e tradições”, “o domínio do privado”, lócus nos quais buscaremos, primordialmente, compreender os mecanismos que possibilitaram as mulheres da comunidade do Grilo construírem para si um lugar de liderança e luta.

Outro ponto de diálogo que estabeleceremos com a história social está presente no rumo que esta tomou na década de 1970, resultante de uma aproximação com a antropologia que trouxe para a cena a ideia de “history from below” (história vista de baixo), termo utilizado por E.P. Thompson desde os anos 60. Esse encontro com a antropologia se deu

(...) sob a égide da tradição, dita empirista, tanto da historiografia quanto da antropologia anglo-saxônica. A tradição marxista britânica de história social do trabalho e a obra de Thompson, em especial, haviam colocado as noções

de experiência e cultura no cerne das análises sobre a ação social (CASTRO, 1997, p. 85).

Nesse contexto, a história social na vertente inglesa, se configurará em nosso suporte teórico, uma vez que é na tradição marxista britânica que encontramos os conceitos de agência, experiência e cultura como norte das análises sociais. Nessa perspectiva é a experiência das pessoas comuns, a história vista de baixo, que será analisada para se pensar a história de uma coletividade, uma comunidade.

A teoria basilar de nossos trabalhos está na perspectiva desenvolvida por E. P. Thompson, cujos trabalhos estiveram centrados no estudo dos movimentos operários ingleses, de modo a romper com o marxismo tradicional, pois que Thompson analisou seu objeto-sujeito não como resultante de variáveis essencialmente econômicas, mas por meio de determinantes políticos e culturais.

E. P. Thompson (1924-1993) é considerado um dos mais importantes historiadores da tradição marxista inglesa do século XX tendo grande influência na renovação teórica do marxismo,

Fazendo-se um recorte meramente analítico de sua obra, percebem-se dois aspectos, no entanto, indissociáveis. Em termos teóricos, sua contribuição pode ser avaliada por seu empenho em redefinir uma análise da luta de classe que fosse mais apropriada para a compreensão da história da classe trabalhadora britânica. Em termos práticos, Thompson foi um defensor incansável de vários movimentos sociais (...) (MÜLLER, 2002, p. 232).

Dessa forma, Thompson analisou a luta da classe trabalhadora britânica de acordo com suas especificidades históricas, através de pressupostos do materialismo histórico firmado em três categorias básicas, que de acordo com Müller (2002) são: a luta de classe como protesto, a experiência da classe trabalhadora e a ideia de moral.

Esse redimensionamento que o fez enfrentar duras críticas e polêmicas, oriundo de modo especial, do marxismo tradicional, deixou como uma de suas grandes contribuições, uma abordagem que priorizava a noção de “humano” no meio social. De acordo com Thompson “(...) a sociedade socialista iria revolucionar as relações humanas, substituindo o respeito à propriedade pelo respeito ao homem e a sociedade de consumo pelo bem comum” (TOMPSON, *apud* MÜLLER, 2002, p. 233).

Esta mudança de perspectiva de análise promovida na esfera da história social tornou possível aos historiadores, que dela se apropriassem, perceber com mais detalhes a história das “pessoas comuns”, pois suas tradições e ações estavam em primeiro plano, assim, os

“silêncios de Marx” foram explorados. Com esse movimento, Pesavento (2003) afirma que “Thompson resgatava para o historiador a dimensão do empírico”, dimensão esta que trouxe a necessidade de ampliação das fontes e uma implicação metodológica que influi diretamente em nosso trabalho: o uso da história oral, visto que a oralidade é um traço forte para o “homem comum”, tanto o de Thompson (a classe operária inglesa), quanto o nosso (a comunidade quilombola do Grilo).

É nesse universo teórico que se moverá nossas análises, que buscarão nas experiências da comunidade do Grilo respostas para nossos questionamentos frente às experiências das mulheres que devem ser pensadas numa perspectiva que não as coloque num lugar generalizante, mas antes, que perceba sua singularidade, pois em consonância com Soihet (1997), pensamos que torna-se impróprio, e porque não dizer ilegítimo, a formulação de uma história da mulher de modo unívoco, haja vista que, assim como os demais segmentos sociais, as mulheres são “diversas em sua condição social, etnia, raça, crenças religiosas, enfim na sua trajetória marcada por inúmeras diferenças, cabe, portanto, abordar-se a “história das mulheres” (SOIHET, 1997, p. 399).

Falar sobre o feminino é perfeitamente coerente com o uso da história social, visto que o grupo referido enquadra-se ainda na atualidade a margem em relação ao que se considera norma, grandes e importantes foram os espaços historicamente conquistados pelas mulheres, mas tais conquistas ainda não conseguiram pôr em nulidade as diferenças sociais entre elas e o masculino. A própria inserção da mulher no campo da história como objeto de pesquisa, responde a um anseio em face da necessidade de se voltar para as identidades coletivas de uma vasta multiplicidade de grupos, a citar: os operários, camponeses e os escravos, ou seja, as pessoas comuns e não apenas dos grandes vultos.

Para Soihet é com a Escola dos Annales, que se lançam novas bases para que, posteriormente, as mulheres tivessem espaço para voltar a cena, já que os Annales promovem um movimento no qual buscou-se

Desvencilhar a historiografia de idealidades abstratas, preferindo voltar-se para a história de seres vivos, concretos, e à trama de seu cotidiano, em vez de se ater a uma racionalidade universal. Embora as mulheres não fossem logo incorporadas à historiografia pelos Annales, estas, porém, contribuem para que isto se concretize num futuro próximo (SOIHET, 1997, p.400).

Um dos espaços teóricos no qual a mulher passaria a ter espaço na escrita da história encontra-se em correntes renovadas do marxismo, embora a corrente ortodoxa perceba na divisão social entre o feminino e o masculino como uma contradição secundária, os



revisonistas da citada teoria a partir dos anos 60, com a história social, redirecionam a perspectiva anteriormente defendida pelos marxistas, defendendo que deveria ser objeto de estudo “os grupos ultrapassados pela história, as massas populares sem um nível significativo de organização, e, também, as mulheres do povo” (SOIHET, 1997, p.400).

As primeiras produções do marxismo renovado não contemplavam, para os estudos atuais, a mulher de forma satisfatória, pois como afirma Scott citada por Pinsk (2009, p. 173):

A presença das mulheres no trabalho de Thompson [A formação da classe operária inglesa] apenas enfatiza a relevância das associações de classe e da política dos homens. As mulheres são prioritariamente associadas às funções domésticas, mesmo sendo trabalhadoras, e o impacto diferencial do capitalismo sobre elas é negligenciado. Na luta dos trabalhadores ingleses, descrita pelo historiador, as mulheres são retratadas mais como companheiras leais que como militantes convictas.

Scott é uma das maiores autoridades em estudos sobre as mulheres, seu ponto de vista sobre a insuficiência de trabalhos da história social acerca do feminino, parte de seu lugar de pós-estruturalista, a respeito de suas críticas Pinsk (2009) coloca que, de modo geral, são estimadas pelos críticos, mas que grande parte dos mesmos deve-se ter reservas em relação aos seus argumentos pós-estruturalistas, argumentando que “o problema principal não está nas questões que Scott apresenta, mas na abordagem que [ela] propõe para resolvê-las. Consideram que ela foi “injusta” ao depor a História Social e insistem nas possibilidades positivas dessa linha de pesquisa” (p. 175).

Nesse contexto, as principais críticas colocadas às perspectivas pós-estruturalistas de Scott giram em torno de questões como:

A análise textual resolve a questão dos modos como as identidades subjetivas ou os pontos de vista alternativos são construídos? Como pode haver ação se há somente sujeitos/objetos produzidos discursivamente? Como estudar rupturas e resistências se a ação humana parece dissolver-se diante dos onipresentes “sistemas discursivos”? Ao pressupor que a ação ocorre dentro de uma linguagem conceitual que estabelece por si limites e contém, ela própria, possibilidades de negação, resistência e interpretação, como reconhecê-los? (...)o método da desconstrução com sua ênfase no texto (...) parece subestimar a ação humana e superestimar a coerção social. Ele praticamente ignora o ator e o mundo pautado por relações sociais concretas, e não atribui peso suficiente às lutas sociais nas mudanças históricas. (PINSK, 2009, p. 175-176):

É importante, entretanto, destacar que a inserção das mulheres na historiografia não responde unicamente a um movimento de discussões teóricas, sento também uma resposta a

um luta travada pelas próprias mulheres, com destaque para o movimento feminista, ocorrida a partir dos anos 60, que incidiu diretamente no surgimento e consolidação da história das mulheres, como se observa na fala a seguir:

A História das Mulheres adquiriu expressão a partir década de 1970, inspirada por questionamentos feministas e por mudanças que ocorriam na historiografia, entre as quais, a ênfase em temas como família, sexualidade, representações, cotidiano, grupos “excluídos”. Seu sucesso atrelou-se aos avanços da Nouvelle Histoire, Social History, Cultural History e dos Estudos de População. (PINSK, 2009, p. 160).

Somando-se ao movimento feminista podemos ainda apresentar as mobilizações de docentes, em torno da instauração de cursos nas universidades dedicados ao estudo das mulheres, luta que obteve como resultado, por exemplo, a criação

Nas universidades francesas, a partir de 1973, [de] cursos, colóquios e grupos de reflexão, surgindo um boletim de expressão focalizando o novo objeto: *Penélope. Cahiers pour l’histoire des femmes*. Multiplicaram-se as pesquisas, tornando-se a história das mulheres, dessa forma, um campo relativamente reconhecido em nível institucional. Na Inglaterra, reuniram-se os historiadores das mulheres em torno da *History Workshop* e, nos Estados Unidos, desenvolveram-se os *Women’s Studies*, surgindo as revistas *Signs* e *Feminist Studies*. Tais estudos estenderam-se, ainda nos anos 70, a outras partes da Europa e do mundo, incluindo o Brasil (SOIHET, 1997, p.401).

Nesse debate é interessante que se realce que a história das mulheres não deve se reduzir a uma categoria de sexo, biológica, mas de gênero, logo social. A distinção é importante na medida em que por meio dela, percebemos que a escrita dos historiadores/as sobre as mulheres deve passar pelo cuidado de não analisá-las como uma categoria isolada, mas como parte integrante da construção das relações sociais, pois

(...) gênero passou a ser utilizada para enfatizar os aspectos culturais relacionados às diferenças sexuais. Gênero remete à cultura, aponta para a construção social das diferenças sexuais, diz respeito às classificações sociais de masculino e de feminino. A partir dessa visão aparentemente consensual do conceito de gênero, o termo foi empregado de diferentes maneiras pelos historiadores. (PINSK, 2009, p. 162).

A observância da categoria gênero responde a um legítimo anseio de respeito ao lugar que as mulheres ocupam na constituição das tramas das sociedades. Esta conquista é fruto da luta das mulheres, a destacar no movimento feminista, bem como de movimentos teóricos

como o da história social, que promoveram um impacto na historiografia possibilitando observar o feminino como sujeito da história. Essa perspectiva permitiu perceber nas mulheres um lugar de empoderamento.

O lugar étnico das mulheres quilombolas não pode ser negligenciado, dessa forma, a análise de suas experiências e agenciamentos não podem ser pensadas longe do paradigma da afrocentricidade. Este, de acordo com Asante, (2009) citado por Melo (2010, p. 07) “(...) é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos”.

De acordo com o exposto, é a partir da história social que buscaremos revisitar alguns silêncios da história das mulheres negras, por considerarmos que o não dito é, por excelência, matéria-prima para os historiadores.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. **Manual de História oral.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Escravidão negra no Tocantins colonial: vivências escravistas em arraiais (1739-1800)** 2 ed. Goiânia: Kelps, 2007.

ARAÚJO, Osmar Ribeiro de & SANTOS, Sônia Maria dos. **HISTÓRIA ORAL: VOZES, NARRATIVAS E TEXTOS.** Cadernos de História da Educação – n. 6 –jan./dez. 2007.

CASTRO, Hebe. História Social. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas.** Revista Etnográfica. Vol. IV (2). 2000. p. 333-345.

LISBOA, Tereza Kleba. **Gênero, classe e etnia – trajetória das mulheres migrantes.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

MELO, Josemir Camilo de. **NOVAS ABORDAGENS PARA O ESTUDO DE HISTÓRIA DAS COMUNIDADES AFRO-DESCENDENTES.** In: **III Seminário Nacional de História**

**e Cultura Afro-Brasileiras e Indígenas:** educação para as relações étnicorraciais, 2010, Campina Grande. Anais On line ISSN 2179-676. Campina Grande: Realize, 2010.  
MOURA, Clóvis. **QUILOMBOS:** Resistência ao escravismo. São Paulo: Ática. 1987.

MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral.** 5. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

MELO, Josemir Camilo de. **Novas Abordagens Para o Estudo de História das Comunidades Afro-Descendentes.** In: III Seminário Nacional de Historia e Cultura Afro-brasileiras e indígenas: Educação para as relações étnicorraciais, 2010, Campina Grande. Anais On line ISSN 2179-676. Campina Grande : Realize, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Rio de janeiro: Vozes, 1996.

MÜLLER, Ricardo Gaspar. RAZÃO E UTOPIA: Thompson e a História, IN: 2 **Diálogos**, DHI/UEM, v. 6 p. 231-235, 2002.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. *In:* **Estudos Feministas.** Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril/2009.

POLLAK, Michael. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SERRANO, Carlos e WALDMAN, Maurício. **Memória d'áfrica:** a temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2007.

ARUTI, José Maurício. **Mocambo:** Antropologia e História do processo de formação quilombola. Bauru: EDUSC, 2006.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VANISA, Jan. **História Geral da África I:** Metodologia e Pré-história da África. São Paulo: Ática, 1982.